

Segurança já começa a funcionar

Graças à participação da comunidade, os conselhos de segurança do Distrito Federal, criados em abril deste ano, já têm o que comemorar. Caso do Conselho de Segurança Comunitária do Riacho Fundo, que está funcionando há dois meses, mas já conseguiu levar reivindicações às autoridades públicas e obter respostas objetivas.

"Antes não havia integração dos órgãos de segurança", afirma Heitor Kanegae, presidente do conselho. O planejamento, segundo ele, vinha de cima. Mas hoje, é a comunidade que fala onde existem os problemas e quais são as prioridades.

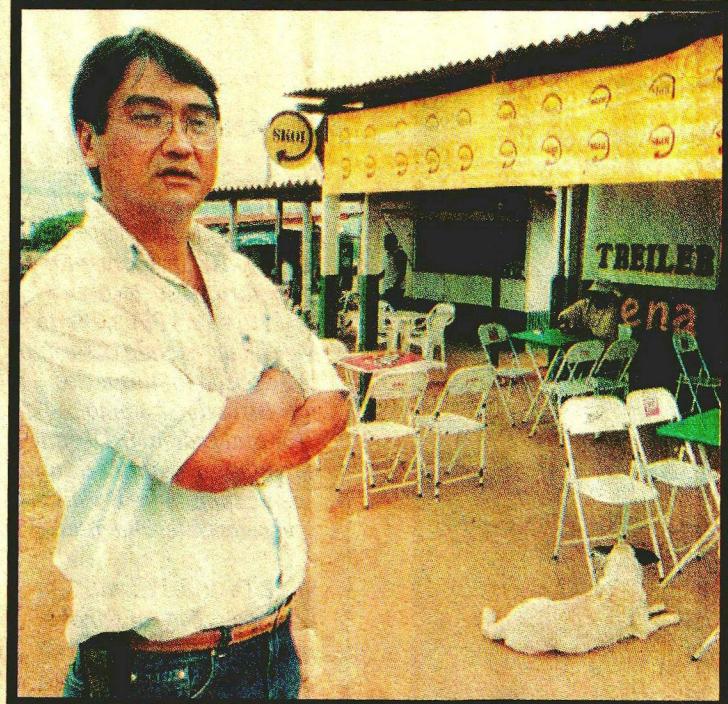
Kanegae dá o exemplo da ordem de serviço da administração, de 27 de novembro, que determinou o fechamento de bares, restaurantes e quiosques da cidade às 23 horas de domingo a quinta-feira, e às 24 horas nos sábados e vésperas de feriados. O argumen-

to que justifica a decisão é a redução da criminalidade durante a madrugada, período de pico de ocorrências por conta do excesso de bebida alcoólica.

A medida não agradou os comerciantes, que já pensam em se organizar para exigir o fim do que eles batizaram de *lei seca*. "É uma atitude cômoda para a polícia. Fechar bares não é a solução, o que eles (órgãos de segurança) devem fazer é garantir proteção para quem está nas ruas", indigna-se Paulo Afonso Portela, dono de um barzinho. Da insatisfação dos comerciantes pode estar nascendo mais uma associação, que fará parte do grupo de 30 que já existem no Riacho Fundo.

As reclamações que chegam aos conselhos de segurança também são mais pontuais. "É a senhora que se queixa da casa em construção que virou abrigo de usuários de drogas ou o senhor que fez um alerta sobre o perigo

Carlos Vieira



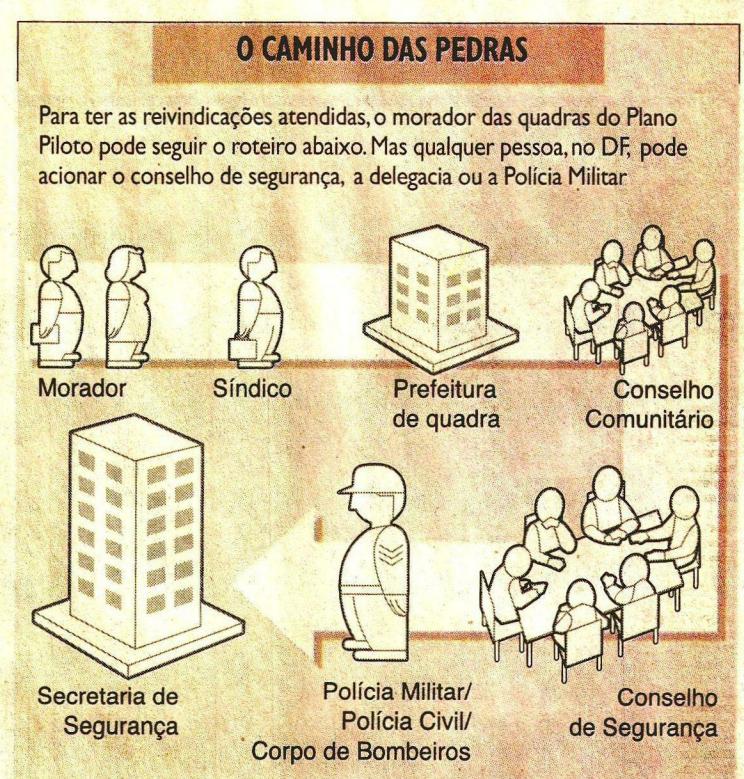
KANEGAE COMEMORA O FECHAMENTO DOS BARES: "A CRIMINALIDADE CAIU"

de pitbulls soltos nas ruas", exemplifica o major Ceso Daier, comandante do 19º Comando da Polícia Militar. As soluções para cada um dos casos são discutidas e implementadas em comum acordo com a comunidade.

Em Ceilândia, o Conselho de Segurança também emplacou uma guerra aos bares e quiosques. Uma ordem de serviço para restringir o funcionamento deles já está engatilhada na administração da cidade. "Chamamos cerca de 200 concessionários de

quiosques e sugerimos a medida", explica Eduardo Gomes, administrador de Ceilândia, sobre a deliberação dos moradores que participam do conselho.

Na Ásia Sul, representantes da comunidade no Conselho de Segurança do bairro decidiram fazer um estudo sobre a viabilidade de implantar câmeras de vídeo nas quadras. Mas além de propostas, os moradores também conseguiram aumentar o efetivo policial na área. "Conseguimos mais 30 policiais e seis viaturas",



comemora Carlos Roberto Moura, presidente do conselho.

O Distrito Federal já tem 18 conselhos de segurança em funcionamento. Eles foram criados pelo decreto 21.108, de 5 de abril deste ano, dentro do novo plano de segurança do GDF. Alguns já existiam bem antes desta lei. "Mas eram pouco atuantes", avalia o coronel Celso Deolindo, coordenador de projetos sociais da Secretaria de Segurança.

Já os conselhos escolares obedecem à lei 247/99, que no ano

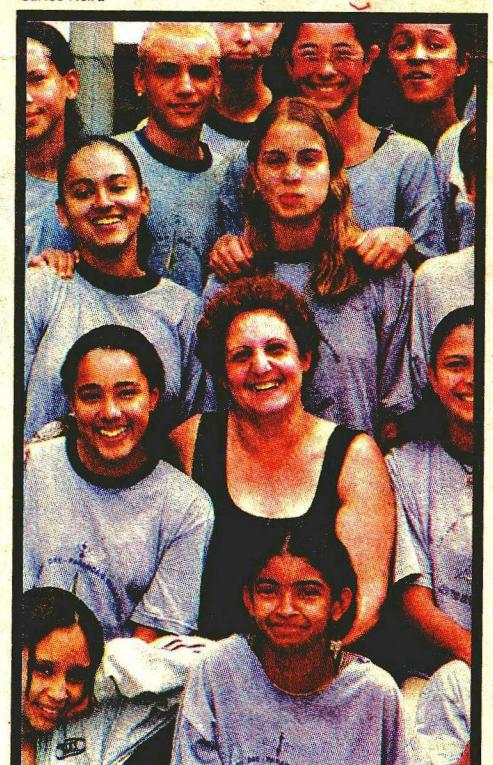
passado modificou as eleições e a formação dos conselhos, que atuavam anteriormente nas escolas. Das 607 escolas da rede pública do DF, 570 têm os conselhos implantados. "Alguns mais atuantes, outros menos", define Luiz Otávio Neves, diretor de unidades regionais da Secretaria de Educação. (Tarciano Ricardo)

SERVIÇO

Mais informações sobre conselhos de segurança nas delegacias de sua cidade ou prefeituras de quadra.

Vencendo obstáculos

Carlos Vieira



RAQUEL COM OS ALUNOS: CONQUISTA DE QUATRO TURMAS DE OITAVA SÉRIE

No Centro de Ensino Darcy Ribeiro, região do Paranoá, os estudantes da 7ª série seriam relocados para uma escola mais distante em 2001 não fosse a determinação de uma mãe de aluno. Raquel Freder, 41 anos, mobilizou estudantes, chamou pais e coletou 350 assinaturas para reivindicar turmas de 8ª série durante o dia.

O trabalho deu certo. Serão quatro turmas a partir do próximo ano, que irão comportar dois terços dos alunos das 7ª séries deste ano. "Sem a mobilização não teríamos conseguido", reconhece Raquel.

Da queixa à solução do problema, associações, prefeituras e conselhos percorrem caminhos diversos e muitas vezes tortuosos. Um deles é transformar uma reclamação em lei, o que pode exigir bastante paciência dos moradores. A dificuldade é traduzida pelo artigo 76 da Lei Orgânica do DF.

Para chegar a plenário, o projeto de iniciativa popular deve ter o amparo de 1% do eleitorado do Distrito Federal, ou seja, mais de 20 mil assinaturas de pessoas que morem em pelo menos três zonas eleitorais. "É uma mão-de-obra enorme e, por isso, o povo prefere procurar os deputados", diz o deputado distrital Renato Rainha (PL), acostumado com a peregrinação de populares pelos corredores da Câmara.

Por mês, ele recebe de 30 a 40 sugestões de projetos de lei, levados por grupos e associações de bairro. Muitas viram lei. "Somos eleitos para representar o povo. Temos de ouvir", comenta Rainha.

Em boa parte dos casos, os problemas da comunidade são resolvidos com instrumentos e recursos próprios, sem que a

reivindicação chegue ao ouvido de um político ou tramite na casa legislativa. O trabalho das associações de pais e mestres (APMs) reflete bem essa realidade.

MELHORIAS

Elas são organizações independentes, geralmente coordenadas por pais de alunos, que trabalham e arrecadam fundos para melhorar a escola dos filhos. Fazem rifas, organizam festas, promovem passeios e recebem doações.

Com o dinheiro, reformam prédios, compram carteiras e material didático.

A iniciativa dos pais resultou em modificações consideráveis na Escola Classe 5 (EC 5), no Guará I. Este ano, a APM financiou a conclusão da quadra de esportes, a reforma dos banheiros, a construção de uma pracinha, a compra de dois refrigeradores, a obra de uma varanda e de uma jardineira.

"É um conforto que as crianças merecem, mas o governo nunca deu. Então resolvemos trabalhar para fazer tudo isso", diz Maísa Romani, mãe da aluna Beatriz Romani, que cursa o segundo ano do ensino fundamental na EC 5.